

## Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador<sup>\*</sup>

*Isabel Cristina Martins Guillen<sup>\*\*</sup>*

---

**Resumo.** Este trabalho objetiva oferecer algumas ponderações sobre o papel do historiador diante da crescente patrimonialização da sociedade contemporânea. Além de pensar as já tradicionais atuações dos historiadores na definição do patrimônio material, o artigo propõe uma reflexão sobre questões éticas e políticas à atuação do historiador junto às políticas públicas voltadas para o patrimônio imaterial, bem como questões e temas que têm emergido nesse debate.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural; Cultura popular; Acervos históricos.

### Heritage and history: reflections on the historian's role

**Abstract.** Current analysis comprises reflections on the role of the historian within the growing heritage-building of contemporary society. Besides thinking on the traditional activities of the historian in the definition of material heritage, current essay deals with ethical and political issues of the historian within the context of public policies on non-material heritage that emerges from such a debate.

**Keywords:** Cultural heritage; Popular heritage; Historical collections.

### Patrimonio e historia: Reflexiones sobre el papel del historiador

**Resumen.** Este trabajo objetiva ofrecer algunas ponderaciones sobre el rol del historiador frente a la creciente patrimonialización de la sociedad contemporánea. Además de pensar sobre las tradicionales actuaciones de los historiadores en la definición del patrimonio material, el artículo propone una reflexión sobre cuestiones éticas y políticas relacionadas al papel del historiador en las políticas públicas vinculadas al patrimonio inmaterial, así como cuestiones y temas que han emergido de este debate.

**Palabras Clave:** Patrimonio cultural; Cultura popular; Colecciones históricas.

---

<sup>\*</sup> Artigo recebido em 17/02/2014. Aprovado em 08/08/2014.

<sup>\*\*</sup> Doutora em História pela Unicamp, Campinas/SP, Brasil. Professora do Departamento de História da UFPE, Recife/PE, Brasil. E-mail: [icmg59@gmail.com](mailto:icmg59@gmail.com)

## Introdução

A noção corrente, que entende o patrimônio como uma herança que nos foi legada pelo passado, tem sido contraditada por autores, a exemplo de Dominique Poulot (2009), que afirmam ser o patrimônio uma construção edificada num momento histórico que precisa ser analisado, pois a emergência do patrimônio, ou sua instituição, só pode ser compreendida no respectivo contexto cultural, político e ideológico. A “invenção” patrimonial se inscreve em um campo político em que memórias são disputadas, a depender dos projetos políticos em pauta, num processo que necessita ser pensado, para que a própria noção de patrimônio possa então ser desnaturalizada. A essa discussão, os historiadores têm dado contribuições significativas.

O estudo já clássico de François Choay (2011) busca analisar a história do patrimônio, a emergência de um saber voltado à sua conservação e restauro, estabelecendo relações históricas com as noções de monumento e patrimônio. Em sua conclusão, alerta para o perigo de ficarmos restritos a um “passadismo encantatório”, bem como atenta para a necessidade de questionar a valorização incondicional do patrimônio, a necessidade de tomá-lo nem como relíquia nem como *gadget*, em que “o reduto patrimonial poderá se tornar o terreno inestimável de uma lembrança de nós mesmos no futuro” (CHOAY, 2011, p. 257).

O fenômeno da crescente patrimonialização de “bens” culturais que se assiste nas últimas décadas, tem suscitado entre historiadores e cientistas sociais, de modo geral, intensa reflexão. Na esteira do que Pierre Nora (1993) denominou de “lugares de memória”, a onda patrimonialista foi tema de reflexão de historiadores como François Hartog (2003; 2006), que se dedica a refletir sobre o tempo e o patrimônio, para sinalizar que este fenômeno pode ser compreendido no interior da onda presentista assistida na contemporaneidade, e que talvez este fervor seja indício de um novo regime de

historicidade. Estabelecendo uma posição crítica aos usos e abusos do conceito “lugar de memória” e questionando por que a memória é percebida ocupando um lugar de destaque na contemporaneidade, Aleida Assman (2001) parte do pressuposto de que os modos como se recorda são definidos cultural e historicamente, modificando-se na mesma medida em que as formações culturais em que foram formulados passam por processos de transformação. Haveria, segundo Assman (2001), um desaparecimento da memória, e a crescente criação de lugares de memória, ou algumas formas de recordar foram se modificando, ao mesmo tempo em outras apareceram?

Lowenthal (1985; 1998) também contribui com o debate ao nos incentivar a formular questões sobre as razões para a expansão do patrimônio. Se no final do século XVIII e por todo o XIX apenas uma minoria olhava para o passado em busca de seus antepassados, acumulava relíquias ou antiguidades, formava coleções e excursionava para os sítios históricos com o expresso desejo que ver *in loco* onde a história tinha se processado, no mundo contemporâneo, a expansão do patrimônio pode ser relacionada também a um número crescente de pessoas que passaram a desejar ter sua história, suas manifestações culturais e monumentos reconhecidos como patrimônio cultural. Este novo fenômeno tem sido objeto de discussão de historiadores e demais cientistas sociais e é sobre o mesmo que nos debruçaremos.

É no bojo dessas questões, portanto, que vale a pena tecer uma reflexão sobre o lugar que o historiador tem ocupado nesse debate, como tem se posicionado diante da crescente patrimonialização da memória e história. É certo que não se trata de questões meramente retóricas, pois colocam o exercício da história em um debate ético e político ao qual não podemos nos furtar. Os historiadores no Brasil têm se atentado a estas questões, pois aumentaram as demandas sociais a eles submetidas, bem como aquelas oriundas das políticas públicas que passaram por intensa revitalização,

principalmente as voltadas ao patrimônio imaterial. Estes temas têm acalorado o debate intelectual em torno do patrimônio no Brasil, e de sua história, bem como em torno da inserção do historiador enquanto um profissional que necessita responder a pleitos acerca do patrimônio cultural. O historiador tem sido desafiado a participar deste campo interdisciplinar sem perder as especificidades de seu *métier*, ou seja, respondendo a novos temas, objetos e desafios profissionais.

Ainda que pareça jocoso, de modo geral, quando um leigo pensa sobre o papel do historiador na área de patrimônio cultural, pode ser tentado a evocar uma imagem tradicional do historiador revolvendo os arquivos em busca de documentos que “comprovam” a autenticidade de obras artísticas, ou verificando a data de fundação e/ou construção de um edifício que precisa ser tombado (de cuja decisão política ele não teria participado!). Não foi, e não é bem assim, é preciso acentuar. Durante décadas, o historiador atuou na área de patrimônio material, discutindo e constituindo, junto com arquitetos e artistas, o conjunto do patrimônio artístico e arquitetônico do Brasil, além de histórico. Não se trata, portanto, de uma área nova para a atuação do profissional de história.

Não obstante, este não é um lugar tranquilo, principalmente quando o historiador busca questionar as narrativas construídas em torno da identidade nacional em sua relação com o patrimônio e das justificativas construídas para a constituição do mesmo. Esta é, no entanto, sua principal tarefa intelectual. Ao historiador cabe, acima de tudo, pensar criticamente a onda patrimonialista que vivemos, bem como que concepções de passado e de tempo subjazem ao crescente desejo de patrimonialização. Que concepções de história dão suporte às justificativas criadas para a generalizada patrimonialização crescente de novos bens culturais. Podemos nos interrogar se está havendo um alargamento do conceito de identidade nacional, abarcando aspectos e manifestações culturais

antes não reconhecidas como essenciais para a definição dessa identidade. A inclusão de tantos novos bens tem sido capaz de redefinir o que então se entendia por identidade nacional, contribuindo para o processo de homogeneização atinente aos processos de identificação cultural? Nesse sentido, pensando com Koselleck (2006), que horizonte de expectativas abrimos para pensarmos o futuro?

As questões que se lançam na contemporaneidade sobre o patrimônio cultural e as políticas públicas a ele dirigidas abarcam não só o trabalho do historiador. Arquitetos, antropólogos e outros profissionais de outras áreas envolvidas no que constituiu durante décadas o patrimônio cultural do Brasil, bem como os critérios que nortearam essa escolha que, invariavelmente, considerou como patrimônio os bens culturais relativos à história oficial do Brasil, também estão sendo instados a discutir e redefinir seus métodos e posicionamentos.

A constituição do patrimônio no Brasil confirmava essa história oficial, que se referia a uma história política e feita por uma elite econômica (FONSECA, 2009; CHUVA, 2009). A escolha do que compunha o patrimônio cultural do Brasil não foi obra exclusiva do historiador, mas foi fruto de um processo político ideológico que tem sido corroído ao longo das décadas por uma nova concepção de história, bem como de patrimônio. Este não pode ser entendido como uma entidade natural, mas como resultado de uma seleção historicamente explicável, localizada em instituições criadas para tal fim e autorizadas por um contexto sociocultural, não isento de conflitos e disputas. Patrimônio é um *locus* para o qual afluem práticas e representações que encontram correspondência em diversas políticas públicas, consubstanciadas em instituições que objetivam preservar e/ou mesmo instituir o que é patrimônio, a exemplo do próprio IPHAN e de diversos museus (GONÇALVES, 2002; CHUVA, 2009). É neste sentido que podemos falar de

políticas culturais patrimonialistas e da invenção de objetos aptos a se tornarem patrimônio cultural. Esse processo histórico, analisado por Márcia Chuva (2009), define os lugares e as competências dos profissionais de diversas áreas, passando pelo arquiteto e pelo historiador.

Contudo, se por muito tempo o trabalho do historiador foi assim considerado e ocupou um lugar marginal na discussão do processo de patrimonialização cultural, nos dias atuais, o papel do historiador precisa ser entendido de modo mais complexo, na medida em que tem assumido novas tarefas desafiadoras, pois tem aberto um novo campo de trabalho. Mais do que isso, tem proporcionado a oportunidade de discutirmos a inserção do historiador para a construção de um saber que atua nas fronteiras disciplinares. Este novo saber, quase sempre, tem se referido ao patrimônio imaterial. Durante décadas objeto de trabalho de folcloristas e, posteriormente, também de antropólogos, o campo da discriminada "cultura popular" tem recebido nos últimos anos intensa atuação de historiadores, que vêm contribuindo para a definição da identidade cultural do Brasil, bem como para a sustentabilidade dos bens de natureza intangível, trabalhando em conjunto com diversos outros profissionais que atuam no campo do patrimônio.

### **Cultura popular e patrimônio intangível**

Nos últimos anos, historiadores que se dedicavam ao estudo da cultura popular e da cultura negra foram instados a entrar no debate acerca da constituição do patrimônio intangível do Brasil, principalmente em decorrência da legislação brasileira sobre o patrimônio imaterial. Apesar de já constar na constituição de 1989 uma concepção mais ampla de patrimônio nacional, alargando seu sentido para além dos monumentos de pedra e cal, o processo de definição do que seria esse patrimônio intangível só tem início quando o IPHAN cria normas para seu efetivo reconhecimento através do Decreto nº.

3.551, de 04/08/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), bem como consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). É importante destacar que esta política está em consonância com a Convenção da Unesco para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, ratificada pelo Brasil em março de 2006.

Nesta última década, em decorrência das políticas públicas formuladas pelo IPHAN, diversos bens da então denominada “cultura popular” foram reconhecidas como patrimônio imaterial do Brasil, a exemplo do Samba de Roda do Recôncavo Bahiano, Ofício das Baianas de Acarajé, Jongo do Sudeste, Frevo, Feira de Caruaru, Tambor de Crioula do Maranhão, Roda de Capoeira, dentre outros. Todos esses bens, para serem reconhecidos, passaram por um processo de inventário cultural, que consiste num sistemático trabalho de levantamento do saber acumulado sobre o bem, assim como na produção de novos saberes e sistemática documentação do mesmo.

A crescente patrimonialização de bens culturais nesta área tem envolvido diversos historiadores nos trabalhos de inventário e salvaguarda. O historiador tem sido instado a atuar nas equipes multidisciplinares que promovem os inventários de modo específico, contribuindo para compreender a historicidade do bem que está sendo inventariado. Saliente-se que é recomendado pelo IPHAN que haja a atuação de um historiador de formação para o desenvolvimento dessa função, parece-me, no entanto, que além de celebrarmos a ampliação do campo de trabalho do historiador, a recepção do tema patrimônio deve vir acompanhada de um questionamento dessa emergência, para além de simplesmente apontar para os modismos acadêmicos que tornaram a história cultural a bola da vez.

O estudo da história das culturas populares não se restringe mais a fazer uma identificação e descrição das manifestações existentes no passado.

Hoje, busca-se entender as formas de organização e estruturação de um dado grupo social, e no bojo desse processo compreender as manifestações culturais constitutivas de identidade ou estrategicamente postas como mecanismos de luta. Interessa-nos adentrar ao âmago dos sentidos dessas manifestações culturais para compreender seu mundo simbólico e material, bem como as redes que fomentam e permitem que esses grupos estabeleçam interconexões culturais, sociais e políticas.

Como exemplo desta questão, podemos citar a forma como o jongo tem sido trabalhado por historiadores, a exemplo de Martha Abreu e Hebe Mattos que, conjuntamente com outros pesquisadores no LABHOI/UFF, têm se dedicado há mais de uma década a estudar aqueles que fazem o jongo e sua correlação com a memória da escravidão (ABREU; MATTOS, 2013). Ou seja, ao mesmo tempo em que atuam politicamente com os programas de salvaguarda formulados para o jongo, o trabalho acadêmico das autoras tem primado por pensar a memória dos jogueiros imersa nesse jogo de formação de uma identidade jogueira e quilombola.

Apesar do crescente processo de espetacularização, a denominada “cultura popular”, ou melhor, aqueles que a fazem, parece não ter suas práticas culturais estritamente determinadas pela indústria cultural, e este aspecto as distingue. As relações e vínculos que estabelecem com as instituições voltadas ao patrimônio cultural, bem como o mercado cultural, não se encontram, nesse sentido, completamente subordinadas a um poder hegemônico ou normatizador de suas práticas. Esta relação tem sido permeada por tensões e conflitos que sinalizam para o historiador sobre os múltiplos significados que tais práticas culturais podem assumir para diferentes atores em momentos distintos. É necessário estarmos atentos a esta correlação sem, apressadamente, afirmarmos que as práticas culturais estão sendo normatizadas pelas instituições culturais voltadas ao fomento do patrimônio, ou canibalizadas pelo mercado

cultural (CARVALHO, 2010). É fundamental interrogarmos aqueles que são os detentores dos bens, bem como analisarmos como se veem nesse mercado e como buscam se inserir nele, sem entendermos que estão sofrendo um processo de (ex)apropriação cultural. Parece-me que muitos analistas perdem a dimensão histórica desse processo, e ao historiador cabe a tarefa de analisar criticamente este fenômeno em sua duração, sem perder de vista a dinâmica cultural e a agência daqueles que fazem a cultura.

Assim como não podemos deixar de pensar a atuação das instituições culturais, e como elas têm buscado impor regras normatizadoras do fazer cultural. Pensemos nas imensas dificuldades que muitos grupos culturais encontram em se adequar ao padrão dos editais culturais, em voga nesta última década, fazendo com que em muitos momentos fiquem fora do circuito da produção cultural. Minha experiência, ao coordenar o Inventário Nacional de Referências Culturais dos Maracatus Nação, contribuiu para assentar minha convicção sobre a complexidade do tema, que merece um estudo mais acurado em sua dimensão histórica. Afinal, políticas culturais voltadas para aqueles que fazem a cultura popular têm sido desenvolvidas há décadas. Pensemos, a título de exemplo, sobre o Carnaval e o impacto que as regras que normatizam os concursos carnavalescos têm provocado no fazer dos maracatuzeiros e maracatuzeiras. Em estudo desenvolvido em conjunto com Ivaldo Lima, analisamos esse processo, tendo como foco os modos como o fazer maracatu-nação tem mudado ao longo das últimas décadas, muitas vezes em função da necessidade de se adequarem às regras que normatizam os desfiles, e que garantem aos grupos visibilidade, contatos culturais que redundam em ganhos financeiros, dentre outras questões (LIMA; GUILLEN, 2006).

As implicações desse envolvimento acadêmico com tais práticas culturais e políticas necessitam de posicionamento definido. As reflexões de

Kirshenblatt-Gimblett (2003) sugerem que muitas das ponderações presentes nas diretrizes acerca do patrimônio imaterial formuladas pela Unesco estão evitadas de preocupações que nos parecem ingênuas à primeira vista. Postulam que é preciso salvaguardar as práticas culturais em risco de desaparecimento diante das modificações que ocorrem com o mundo globalizado. Advertem para uma indiscutível perda de diversidade cultural e consequente empobrecimento ou perda de práticas ou heranças imemoriais. Podemos pensar estas questões na mesma direção proposta por Certeau, Julia e Revel (2003), no instigante artigo “A beleza do morto”, no sentido de que a preocupação salvacionista se daria num momento em que estas práticas culturais não mais estariam em condições de confrontar a norma. Ou seja, podem ser transformadas em patrimônio sem perigo de confrontar a ordem social e política?

O estatuto da diferença e da preservação dessa diferença é capaz, por si só, de desviar a atenção das desigualdades sociais imbricadas nas práticas culturais e no processo de patrimonialização? Ou poderíamos pensar que o processo de patrimonialização pode ser entendido como estratégia para impedir que a desigualdade venha à tona, acobertada pelo discurso de preservação da diversidade? E a atuação dos intelectuais, intensamente requerida nos processos de inventário, pode ser pensada, como sinaliza Tony Bennett (1999), como condição de possibilidade para a cultura na era globalizada, e que a ação dos intelectuais pode ser pensada como ações de governamentalidade que criam cidadãos conformes às regras e normas? Maria Cecília Londres Fonseca observa que “falar de uma política pública de preservação supõe não apenas levar em conta a representatividade do patrimônio oficial em termos de diversidade cultural brasileira (...), como também as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população” (FONSECA, 2009, p, 29). Este tem sido o grande desafio.

Como aqueles que são detentores de bens culturais considerados patrimônio cultural do Brasil têm se apropriado das políticas públicas voltadas para o patrimônio? De que modo essas políticas têm mudado as vidas dessas pessoas, bem como sua inserção no debate, enquanto cidadãos? Isto porque, passados alguns anos dos primeiros processos de patrimonialização dos bens da cultura imaterial, pouco se tem discutido sobre como se deu o processo de apropriação dos bens patrimonializados e das políticas públicas voltadas ao patrimônio imaterial. Não nos interessa apenas discutir a ampliação do conceito de patrimônio ou dos bens patrimonializados, mas buscar entender como, ou se, este processo tem redundado em uma nova cultura política, e como o historiador tem para este papel contribuído. Mais do que meramente participar de processos de inventário e salvaguardas, é papel do historiador pensar criticamente sobre como as políticas públicas voltadas para o patrimônio têm impactado as práticas culturais daqueles que são objeto e alvo das mesmas.

### **Políticas públicas para o patrimônio intangível**

As políticas públicas que normatizam a patrimonialização da cultura intangível no Brasil, apontadas na constituição de 1988, se concretizaram a partir do Decreto-Lei 3.551/2000, que normatizou os procedimentos a serem observados para a patrimonialização dos bens da cultura popular brasileira. O processo que instrui o registro de um bem cultural como patrimônio imaterial do Brasil deve evidenciar que determinada forma de expressão, lugar, celebração ou saber, é referência cultural para aqueles que a produzem. Ou seja, que ela remete à identidade e à memória de determinada comunidade ou grupo social. O Decreto 3.551/2000 também estabelece que “a inscrição em um dos livros de Registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira”.

No IPHAN, a Câmara do Patrimônio Imaterial estabeleceu que um bem cultural é historicamente importante para a definição das identidades culturais quando aquele bem é referência para, pelo menos, três gerações, ou seja, em torno de 75 anos (ABREU, 2011). Mas a observância desses detalhes técnicos é suficiente? Qual a visão de história que subjaz a essa “regra”? Assim, tem se mostrado importante para o historiador se posicionar diante dessa visão simplificadora da história dos grupos, discutindo que fazer história não é tão somente apontar para a longevidade das práticas culturais. O que pode ser entendido como história e memória de um grupo, ou mesmo de uma nação, tem demandado intensas reflexões aos historiadores, quase sempre apontando para a necessidade de atentarmos para a agência daqueles que fazem a cultura. Sinalizando, desse modo, que a atuação do historiador nos processos de inventário e salvaguarda pode contribuir para uma visão mais complexa e matizada desse próprio processo, considerando a atuação dos grupos objetos de investigação no fazer e na circulação cultural.

O patrimônio imaterial rompe com uma noção de patrimônio que estava naturalizada e interiorizada por todos nós, e esta nova noção que emerge nos permite repensar o que deve ou não ser valorizado e preservado como cultura e história nacionais. Emergem com essa noção de patrimônio novas formas de se valorizar e “conservar” memórias do passado antes desvalorizadas, e até mesmo encobertas por uma noção elitista e excludente de história e cultura. Temos a oportunidade de constatar que estamos diante de novas políticas da memória e de novas formas de administração institucional do passado.<sup>1</sup> É fundamental destacar o fato de que novas políticas da cultura têm nos dado a oportunidade de criar novas culturas políticas para a construção da identidade, memória e história nacional. Diferentes grupos sociais estão tendo a chance, pela primeira vez na história do Brasil, de documentar e deixar em

---

<sup>1</sup> Sobre o conceito de conservação em relação com a memória, ver: (ASSMAN, 2001).

registros diversos a memória daqueles que a mantiveram em circulação dentro dos grupos, memórias estas consideradas essenciais para a definição das identidades. E são justamente aqueles grupos que foram considerados como tradicionais e em grande medida silenciados, até então, na construção da memória nacional (ABREU, 2007). Têm se criado novos canais de expressão cultural que se apresentam como ocasião ímpar para colocar em discussão as políticas de construção da memória nacional. Esse processo não tem se dado evidentemente sem tensões, conflitos, resistências e adesões, e é pleno de ambiguidades. O que não se pode, no entanto, é banalizar nem o processo, nem as manifestações culturais que têm sido objeto de discussão, registro e inventário, e a forma como contribuíram e contribuem para uma reescrita da história e da identidade nacional.

A definição de cultura imaterial (ou intangível) utilizada pelo IPHAN, e por muitos cientistas sociais, é o resultado de um longo e complexo debate tanto nacional quanto internacional acerca da noção de patrimônio, e do alargamento do seu sentido. A recente legislação acerca do patrimônio imaterial e as políticas públicas que o cercam demandam uma profunda reflexão, pois “a escolha do que constitui o patrimônio de uma nação – seja ele material ou intangível – é uma das operações políticas mais importantes para a consolidação de uma determinada história, memória e cultura comuns” (ABREU, 2007, p. 353). Esta, por sua vez, relaciona-se intrinsecamente com a definição das identidades culturais, principalmente com a identidade nacional, que muitas vezes aparece como natural e portadora de uma essência.

De fato, em torno da história da identidade nacional travou-se uma disputa político-cultural que há muito vem sendo estudada por historiadores e cientistas sociais.<sup>2</sup> A cultura popular ganhou um inusitado reconhecimento

---

<sup>2</sup> Em torno do debate acerca da identidade nacional há uma rica produção bibliográfica, ver Ortiz (1994), Albuquerque Jr (1999), Dantas (1988) e Vianna (2002).

institucional. Objeto de interesse dos estudiosos do folclore até bem recentemente, era entendida como em constante risco de desaparecimento, pelas tranformações aceleradas do mundo moderno. Nesse sentido, era preciso preservar (no museu) e manter sua “autenticidade” sem “descaracterizá-la”. Nessa mesma direção, a cultura popular e o saber-fazer de muitos mestres e mestras populares não eram reconhecidos nem como patrimônio cultural, nem como integrantes da história nacional. Subjaz à essa compreensão, contudo, um imenso conflito sobre o que seria considerado patrimônio cultural do Brasil, bem como o modo como com eles deveriam se relacionar, que pode ser apontado nos debates suscitados por Mário de Andrade, em diálogo com Rodrigo de Melo Franco nas propostas de criação das instituições que seriam responsáveis pela definição desse patrimônio, como apontou Nogueira (2007). Também não é demais apontar que, na década de 1970, essa questão emerge novamente nas instituições definidoras das políticas públicas brasileiras voltadas ao patrimônio, com a atuação de Aloísio Magalhães, na criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), como sinalizou Fonseca (2009).

O debate e as políticas públicas em questão têm nos dado oportunidade de refletir sobre a nossa responsabilidade nas escolhas do que deve ou não ser valorizado e eleito como patrimônio nacional, possibilitando refletir sobre as disputas políticas que ocorrem em termos culturais e em participar delas, não só no sentido de garantir que as políticas culturais criem uma nova cultura política, mas também para que desta resultem outras práticas de cidadania.<sup>3</sup> É nesse sentido que acreditamos que, dar um suporte à memória dos que fazem a cultura popular, bem como contribuir para colocá-la em circulação, não é apenas um processo técnico restrito ao mundo acadêmico, pois estamos tendo a oportunidade neste momento de documentar as memórias daqueles que fazem a cultura popular no Brasil, criar registros

---

<sup>3</sup> Ver, nesse sentido, o conjunto de artigos sobre a questão em Abreu e Chagas (2003).

históricos e documentais, ampliando a participação dos grupos em questão na reelaboração da história brasileira. Considerando que a memória é uma construção social dinâmica e coletiva, como apontou Halbwachs (1990), marcada por tensões e disputas que se estabelecem sempre no tempo presente e na relação com o outro, a criação de acervos documentais que registrem a memória neste atual contexto tem se mostrado mais do que um mero trabalho técnico, mas insere o historiador num debate ético e político.

Destaca-se nessa discussão que a noção de patrimônio imaterial está respaldada pela de referência cultural, que busca valorizar a pluralidade étnica e social, bem como a produção cultural das camadas populares. Esta produção constitui um conjunto de importantes valores simbólicos – na política e na dinâmica cultural – e gera relevantes valores materiais – na economia. A noção de patrimônio imaterial traz a ideia de que essas referências culturais compõem a riqueza acumulada por gerações passadas de uma dada comunidade, e que pode se tornar disponível como recurso.

Referências são as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade. (...) É com referências que se constrói tanto proximidade quanto distância social, a continuidade da tradição assim como a ruptura com uma condição passada ou a diferença em relação a outrem (ARANTES, 2001, p. 132).

Para Arantes, no processo de reconhecimento dos bens culturais passíveis de serem patrimonializados, deve-se focalizar os atores sociais e suas práticas, assim como as configurações espaço-temporais produzidas pela vida cotidiana e ritual, valorizando os aspectos dinâmicos da realidade e a história. Isto porque, ao entender o patrimônio como referência, há que se considerar os aspectos simbólicos que estruturam a memória coletiva, e o modo como essa cultura participa da política de identidade e dos jogos de mercado. É nesse sentido que a constituição de acervos documentais e a realização de inventários

culturais têm se colocado como outra forma de inserção do historiador no campo do patrimônio, bem como demandadas novas questões para a reflexão, uma vez que a compreensão da historicidade dos processos acima mencionados devem contribuir para a definição e criação de novas formas de salvaguardar o bem.

### **Constituindo acervos sobre o patrimônio intangível**

Em primeiro lugar, é importante salientar que o próprio pedido de registro de um determinado bem da cultura imaterial deve vir acompanhado de uma miríade de documentos que atestam que o bem em questão é referência cultural para um grupo e, como tal, tem uma continuidade histórica. Essa documentação nem sempre é fácil de obter, ou mesmo quando obtida, em alguns casos, é extremamente precária. Algumas fotografias ou vídeos, meia dúzia de artigos ou reportagens não constituem, na maioria das vezes, documentação suficiente para dar suporte ao pedido de registro de um bem como patrimônio cultural do Brasil.

Não obstante, esta é a situação de muitos destes bens, pelo Brasil afora. Paradoxalmente, a cultura imaterial no Brasil, ou a velha cultura popular, foi intensamente estudada desde meados do século XIX por um campo específico do saber, o folclore. Contudo, sem deixarmos de considerar a constituição do próprio campo do folclore em sua historicidade, os registros deixados, em sua grande maioria, não se ativeram aos aspectos históricos da manifestação cultural. Ainda assim, são eles que nos proporcionam hoje os poucos registros que dispomos de muitos bens no passado. Portanto, o historiador tem nos estudos de folclore um grande acervo documental que, apesar de lacunar e muitas vezes indiciário, é de fundamental importância para o estudo histórico de alguns dos bens do patrimônio intangível no Brasil.

O grande desafio do historiador tem sido o de produzir, por meio da história oral, documentação que, ainda que não preencha essa ausência, possa mitigá-la. Através da história oral, podemos centrar foco nos sujeitos do fazer cultural, enquanto sujeitos de suas práticas, e não como meros repetidores de uma tradição sem sentido. Podemos aceder ao universo simbólico que orienta essas práticas e tradições, além de poder dar um suporte material à memória compartilhada pelo grupo. Dessa forma, criamos os documentos necessários para a escrita da história desses grupos, que encontram nos bens culturais, muitas vezes considerados como meras brincadeiras ou folguedos, um *locus* para a reprodução de uma rica experiência.

Trata-se, na maior parte das vezes, de um projeto de pesquisa coletivo, interdisciplinar, que requer um grande trabalho de planejamento, conforme apontou Paul Thompson (1992) e Alberti (2004). No Brasil também temos experiências exitosas, como a do CPDOC, discutida por Verena Alberti (1998; 2004). É preciso, não obstante, estarmos atentos às grandes questões metodológicas que circundam o próprio fazer da história oral, na constituição dos acervos. Alberti observa que “contar e ouvir contar a história de uma vida ou de uma experiência de vida é participar do esforço de constituição de um sentido e de uma síntese para o passado. (...) Uma entrevista de história oral é também um projeto de pôr em ordem, de dar sentido e coerência, de totalizar, portanto, a experiência antes fragmentada” (ALBERTI, 1998, p. 02). Constituir um acervo de história oral é estar constantemente prevenido quanto aos perigos dessa totalização, pois, em última instância,

é importante que os pesquisadores que trabalham com a história oral tenham consciência dessa sua vocação totalizante, para melhor enfrentar os desafios de um mundo em que a fragmentação e a dissipação de significados, o desaparecimento do sujeito e o privilégio da superfície (em detrimento da profundidade) também estão na ordem do dia (ALBERTI, 1998, p. 7).

O arquivo é basicamente uma categoria política, o que implica pensar o controle sobre o arquivo e, conseqüentemente, o controle sobre a memória, como observado por Derrida (2001). Conforme salientou Assman (2001), os modos de recordação são históricos e correspondem às questões de um dado tempo. É imprescindível, portanto, nos interrogarmos sobre as vontades que circundam a criação do acervo de história oral. Vivemos em um mundo obcecado pela memória, gerando inúmeros estudos e debates, suscitando reflexões por parte de diversos campos disciplinares. Talvez, conforme questiona Huyssen (2000), toda essa evocação sinalize o medo, ou até mesmo o terror, do esquecimento. Desse modo, não sejamos ingênuos ao acreditar que a formação de acervos de história oral será suficiente para que a escrita da história daqueles que fazem a cultura popular esteja assegurada. Assim como os processos de patrimonialização, a vontade que lança para o futuro uma memória é também um ato de poder. Resta discutir se o processo de patrimonialização tem empoderado os detentores dos bens culturais.

Paolo Rossi (2010) e Beatriz Sarlo (2012), cada um a seu modo, observam várias questões que circundam a subjetividade nas batalhas de memórias travadas no mundo contemporâneo. Nesse sentido, não é demais ressaltar que a memória coloniza o passado e o organiza sobre as bases e emoções do presente. Não há, sobre os discursos de memória, processos que os submetam a um controle que tenha lugar em uma esfera pública, como o discurso historiográfico. Os acervos de história oral, além da subjetividade dos depoentes, estão carregados de vontades de memória, de se perpetuar no futuro, de lançar no tempo um sentido para as experiências do passado.

É óbvio que o historiador do tempo presente não paira sobre as demandas políticas de seu tempo e, portanto, é fundamental estarmos atentos às questões que circundam a própria criação dos acervos, muitas vezes formados no bojo de políticas públicas sobre as quais nem sempre os

depoentes e detentores dos bens culturais patrimonializados têm acesso. Todavia, a acessibilidade aos acervos pode, sem dúvida, contribuir para a formação cidadão dos detentores dos bens culturais em processo de patrimonialização e de salvaguarda e, conseqüentemente, em seu empoderamento.

### **Considerações finais**

As reflexões acima foram formuladas no bojo de uma rica experiência que culminou com o Inventário Nacional de Referências Culturais do Maracatu Nação que tive o privilégio de coordenar, e do qual participaram profissionais de várias áreas. Precedido por diversas outras pesquisas em torno dos maracatus, pudemos constituir um rico acervo documental sobre esta forma de expressão por meio de levantamento documental em jornais, bem como pela realização de entrevistas com antigos praticantes, rainhas e mestres de velhos maracatus nação, e que contribuíram para adensar a pesquisa com pontos de vista diversos e bastante ricos e complexos.

As pesquisas em história oral têm contribuído sobremaneira para que bens da cultura intangível no Brasil, até recentemente parcamente conhecidos, adquiram densidade histórica e passem a ser vistos como importantes referências culturais. Foi nesse sentido que, por meio de alguns projetos de pesquisa, estamos constituindo no LAHOI (Laboratório de História Oral e da Imagem da UFPE) um importante acervo documental sobre os maracatus nação e a cultura negra em Pernambuco.

Portanto, o trabalho do historiador não é meramente acessório, mas adquiriu um *locus* próprio no qual é possível estabelecer um frutífero diálogo com outras áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, contribui para que as discussões sobre o patrimônio imaterial ou intangível alcancem uma complexidade que só tende a tornar o debate mais denso. As contribuições do

historiador vão além de simplesmente fazer um histórico dos bens, mas podem vir a fornecer ricas reflexões sobre a própria história da patrimonialização, suas dimensões políticas e simbólicas. Afinal, abordar um mesmo tema por diversos prismas, ressaltando que as diferentes abordagens realçam aspectos nem sempre perceptíveis em outros vieses, parece-me que só tende a enriquecer o debate.

Não obstante, os vários aspectos positivos apontados, alguns posicionamentos críticos precisam ser firmados. Sem sombra de dúvida, um dos grandes contributos da participação do historiador numa equipe de inventário é ressaltar a importância de se formar acervos documentais sobre práticas culturais parcalemente documentadas e/ou registradas anteriormente. O historiador é o profissional que vai alertar a equipe como um todo para não se deixar iludir sobre a documentação existente e produzida num passado em que a compreensão dessas práticas culturais não levava em consideração os agentes sociais, as inserções desses sujeitos em redes sociais e culturais. Ou seja, o historiador é capaz de apontar que os depoimentos que abordam a história de vida podem fornecer um prisma diferente do coberto por outra documentação.

A formação desses acervos documentais demanda tempo e elaboração crítica que se amplia em toda a equipe à medida que o próprio trabalho de campo vai se desenvolvendo. Via de regra, a aplicação do INRC não permite à equipe, como um todo, a maturação necessária para uma compreensão da história do bem, seja pela própria maneira como entende a história que permeia a metodologia, seja pela forma como os questionários e fichas requerem do entrevistado e entrevistador dados específicos que não contribuem para a formação de acervos em que os aspectos históricos do bem sejam minimamente contemplados. Inquirir o entrevistado rapidamente - pois é assim que aparecem nos questionários propostos pelo INRC as

questões sobre a história, como uma informação ligeira - sobre a história do grupo, do bem cultural não fornece à equipe como um todo a justa ou mínima compreensão do processo histórico que uma metodologia de história oral forneceria, principalmente se tivermos em mira entrevistas que abordem a história de vida. Se os pesquisadores se atêm às orientações do INRC, de seus questionários e fichas, o que vai obter nas entrevistas e no trabalho de campo é uma compreensão de história ainda bastante limitada e insuficiente para compreender a dinâmica histórico-cultural da manifestação cultural que está sendo pesquisada. Este é um dado interessante, que remete à posição do historiador no debate com os outros campos do saber, notadamente a antropologia. Fazer a história de um grupo cultural não é simplesmente reproduzir o discurso por ele elaborado sobre sua história, mas pensar como foi construído, que elementos foram necessários nessa elaboração, o que remete aos mitos de origem do grupo e o que é efetivamente histórico.

Em síntese, podemos apontar este aspecto como uma (ou mais uma) das grandes limitações do uso do INRC. Um trabalho de pesquisa que redundará em um inventário cultural deveria abordar os aspectos históricos de forma mais ampla e complexa, não restrito ao âmbito do INRC, mas utilizando metodologia própria já elaborada por historiadores, realizando entrevistas específicas com os sujeitos sociais que visem entender a dinâmica das transformações e das permanências que perpassam o fazer cultural dos grupos e bens inventariados. Desta forma, se estaria contribuindo para a formação de acervos mais ricos e complexos, assim como para uma compreensão mais rica e diligente do bem cultural que está sendo inventariado. Afinal, não se pode compreender a dinâmica cultural sem se levar em consideração como os sujeitos as têm feito, negociando mudanças e permanência ao longo desse fazer. Ou seja, sem uma justa compreensão dos processos históricos dos quais são sujeitos e sujeitados.

Por outro lado, não é demais salientar que sobre o patrimônio nacional há um discurso oficial construído ao longo de décadas, desde o momento em que foram criadas as instituições responsáveis pela definição do mesmo. Essa densa camada de significados, intimamente relacionados à identidade nacional, necessita ser constantemente questionada e analisada, para que o historiador não seja presa fácil do lugar institucional em que esse discurso é produzido. É preciso estar atento às malhas de poder que buscam no discurso do historiador dar a legitimidade e cientificidade às políticas patrimonialistas, bem como pensar constantemente sobre os limites e as possibilidades de nossa atuação nos espaços institucionais. É preciso também saber negociar esses limites, sem deixar de problematizar tanto o tema em questão, quanto o lugar que ocupamos na produção do saber acerca do patrimônio cultural no Brasil.

## Referências

- ABREU, Ana. As políticas federais de patrimônio cultural e o conhecimento histórico: reflexões acerca de um diálogo fundamental. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, jul. 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=775](http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=775). Acesso: 17 fev. 2014.
- ABREU, Martha. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In: ABREU, Martha (org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ABREU, M. C.; MATTOS, H. Festas, Patrimônio Cultural e Identidade Negra, 1888-2011. *Artelogie* (Online), v. 4, p. 9, 2013. <http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article178>. Acesso: 03 ago. 2014.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio*. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ALBERTI, Verena. *A vocação totalizante da história oral e o exemplo da formação do acervo de entrevistas do CPDOC*. In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE (10ª). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/FIOCRUZ, 1998. v. 1. p.509-515. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6782/195.pdf?sequence=1>. Acesso: 05 ago. 2014.

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez; Recife: Ed. Massangana, 1999.
- ARANTES, Antonio A. Patrimônio imaterial e referências culturais. *Tempo Brasileiro*, n. 147, p. 129-139, out./-dez. 2001.
- ASSMAN Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- BENNETT, Tony. Putting policy into cultural studies. In: DURING, Simon (ed.) *The cultural studies reader*. London: Routledge, 1999, p.479-491.
- CARVALHO, José Jorge de. 'Espetacularização' e 'canibalização' das culturas populares na América Latina. *Antropológicas*, v.21, n. 1, p. 39-76, 2010.
- CERTEAU, M.; JULIA, D.; REVEL, J. A beleza do morto. In: CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 2003.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2011.
- CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- DANTAS, Beatriz G. *Vovó Nagô e Papai Branco*. Usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo*. Uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.
- HAFSTEIN, Valdimar. *The making of Intangible cultural heritage: tradition and authenticity, community and humanity*. Berkeley: University of California, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./-dez. 2006.

HARTOG, François. *Régimes d'historicité*. Présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Bárbara. El patrimônio inmaterial como producción metacultural. *Museum* (UNESCO) n. 221-222, p. 52-67, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. da PUC, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LIMA, Ivaldo Marciano de França; GUILLEN, Isabel C. M. Entre a cultura do espetáculo e a identidade afro-descendente: os maracatus-nação do Recife. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 9, p. 169-186, 2006.

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. New York: Cambridge University Press, 1985.

LOWENTHAL, David. *The heritage crusade and the spoils of history*. New York: Cambridge University Press, 1998.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, 1993.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente. Séculos XVIII-XXI*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Cativeiro da memória. Trabalho, identidade e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento*. Seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Edunesp, 2010.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Cultura de la memória y giro subjetivo: una discusión. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

VIANNA, H. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.